

DESCRITIVISMO ATUALIZADO E PROTEGIDO: UMA RESPOSTA A CÉLIA TEIXEIRA

Rodrigo Reis Lastra Cid
Mestrando em Filosofia do PPGLM-UFRJ

Resumo: Foi argumentado por Célia Teixeira (2003) que a teoria descritivista atualizada dos nomes tem o problema de gerar necessidades epistêmicas indesejadas. Neste artigo quero argumentar a favor de um descritivismo que não sofra de tal problema. Para isso vou explicitar as objeções de Teixeira e, posteriormente, apresentar a minha própria concepção de uma teoria descritivista atualizada dos nomes; esta, protegida contra o problema das necessidades indesejadas.

Palavras-Chave: Descritivismo. Filosofia da Linguagem. Necessidades Indesejadas.

Introdução

Em primeiro lugar, comecemos com o que Teixeira¹ nos diz que é um corolário das teorias descritivistas:

Se o sentido do nome NN é o sentido da descrição definida O F, então NN e O F são termos sinônimos. Logo, frases da forma, «NN é O F» exprimem verdades analíticas, no sentido em que são obtidas a partir de uma verdade lógica pela substituição de sinônimos por sinônimos — NN e O F.

E como ela define o descritivismo:

Para qualquer nome e para cada uso desse nome por um falante competente num certo contexto, existe uma descrição definida singular em uso atributivo, tal que: **1.** O falante associa a descrição definida singular ao nome no contexto em causa; e **2.** o sentido do nome é o sentido da descrição definida a este associada pelo falante no contexto em causa. **3.** A referência do nome é determinada com base na descrição como sendo aquele, e só aquele, objeto que a descrição definida denota no contexto de uso em causa.

Não acredito que um descritivista como Frege (1892), por exemplo, aceitaria ou exigiria que NN seja sinônimo de O F. O que se exige é que eles sejam intersubstituíveis *salva veritate*, ou seja, que possamos substituir um pelo outro sem que o valor de verdade da frase onde se encontram seja alterada. Isso, em hipótese nenhuma, nos pede para aceitar que uma frase da forma “NN é O F” seja analítica. E ainda, explicar como uma frase da

¹ Todas as citações deste artigo foram feitas a partir de Teixeira (2003). Não indiquei as páginas, pois o texto citado é bem pequeno e foi publicado como página na internet e, portanto, não dividido em páginas.

forma “NN é MM” (ou seja, $a=b$) difere de uma da forma “NN é NN” (ou seja, $a=a$) é um dos *puzzles* de Frege, cuja tentativa de solução foi sua teoria descritivista dos nomes. Essa teoria diz que os nomes (como MM) se referem aos particulares através de algo chamado *sentido* (Sinn), que é uma descrição que individualiza o particular de que se fala (como O F). Não é que o sentido da descrição é o mesmo sentido do nome. O caso é que o nome *tem* um sentido e o sentido *é* a descrição, que, por sua vez, se *refere* a um objeto.

O pressuposto principal de Teixeira é que o descritivismo precisa aceitar que o sentido de um nome é o sentido da descrição ligada ao nome. Isso não é o caso. Lembremos de Frege: numa nota de rodapé de seu “Sentido e Referência”, ele nos diz que nomes próprios, como Aristóteles, podem ter sentidos diferentes para diferentes falantes. Por exemplo, para uma pessoa “Aristóteles” pode se referir a Aristóteles porque ele agrega ao nome a descrição “o escritor da Metafísica”, enquanto para outra pessoa o nome “Aristóteles” pode referir a Aristóteles porque ele agrega ao nome a descrição “o professor de Alexandre”. Embora Frege, um descritivista clássico, pense assim, ele não diria que “o escritor da Metafísica” e “o professor de Alexandre” são termos sinônimos, embora até aceitaria que eles são intersubstituíveis *salva veritate*. Assim, se é verdade que o descritivista não precisa aceitar que a relação de sinonímia é a relação correta entre dois nomes para um objeto ou entre duas descrições para um objeto, ele não precisa aceitar que a relação entre o nome e a descrição associada ao nome seja a sinonímia; e, assim, ele não precisa aceitar, por exemplo, que “Aristóteles é o discípulo de Platão” seja uma verdade analítica, embora aceite que “Aristóteles” e “o discípulo de Platão” sejam substituíveis sem alteração da verdade da sentença e aceite que este possa ser o sentido daquele.

Há uma diferença entre dois termos serem sinônimos e dois termos seres intersubstituíveis *salva veritate*. Se um termo é sinônimo do outro, então eles têm o mesmo significado e, em virtude disso, são inter-substituíveis. Mas há outro motivo que permite que dois termos sejam inter-substituíveis, a saber, a co-referencialidade, ou seja, o fato dos dois termos referirem o mesmo objeto. O que eu pretendo dizer é que o nome e sua descrição associada são co-referenciais e, assim, podem ser substituídos *salva veritate* – a não ser em contextos de atitudes de proposicionais; contexto este também

problemático para o referencialista direto – embora eu não pense ser correto dizer que o nome e a descrição associada têm o mesmo sentido. E penso dessa forma, porque penso o “sentido” como um mecanismo lingüístico formal que conecta nomes a referentes. Outros termos lingüísticos têm significados, mas não sentidos. E, talvez, possamos dizer que nomes não têm significado, ou seja, que nomes significam algo apenas na medida em que, por exemplo, “Rodrigo” significa “rico em glória”; e dizer que eles têm apenas sentidos. Se um descritivista puder estabelecer sua teoria nesses termos, ele já foge ao ponto 2 da definição de descritivismo de Teixeira.

Algumas vezes, queremos falar de possibilidades; e pensar os nomes como ligados a descrições sem nenhum tipo de restrição pode causar problemas. Por exemplo, é possível (em algum sentido relevante de “possível”) que Aristóteles não tenha escrito a Metafísica, e na verdade outra pessoa tenha escrito a Metafísica. Assim, no vocabulário dos mundos possíveis, há um mundo possível onde o autor da Metafísica não é Aristóteles. O problema gerado com isso é o problema da Rigidez Perdida. Este é o seguinte: vemos que “Aristóteles” não poderia deixar de referir Aristóteles, enquanto “o autor da Metafísica” poderia não referir Aristóteles – tal como o faz no mundo possível onde outra pessoa que não Aristóteles escreveu a Metafísica. Se, então, os nomes são designadores rígidos, e as descrições não são designadores rígidos, então os nomes e as descrições têm valores semânticos diferentes; e, portanto, o descritivismo é falso, dado que 2 (o sentido do nome é o sentido da descrição definida a este associada pelo falante no contexto em causa) não estaria sendo satisfeita.

Como já disse anteriormente, o descritivismo não exige que 2 seja verdade, pois não exige uma relação de sinonímia entre um nome e sua descrição singular. De qualquer forma, é interessante por si só poder rigidificar as descrições a fim de aplicá-las em contextos modais mais adequadamente. Tal rigidificação, segundo Teixeira, seria como se segue, formando o descritivismo atualizado:

Para qualquer nome e para cada uso desse nome por um falante competente num certo contexto, existe uma descrição definida singular atualizada em uso atributivo, tal que: **1.** o falante associa uma descrição definida singular atualizada ao nome no contexto em causa; e **2.** o sentido do nome é o sentido da descrição definida singular atualizada a este associada pelo falante no contexto em causa. **3.** A referência do nome é determinada com base nessa descrição, como sendo aquele, e só aquele, objeto que a descrição denota no contexto de uso em causa.

O que, exemplificadamente, seria: ao termo “Aristóteles” seria associado pelo falante a descrição “o *atual* escritor da Metafísica”. Agora os dois termos, a descrição e o nome, designam rigidamente Aristóteles – supondo que Aristóteles tenha de fato escrito a Metafísica. Se Aristóteles escreveu a Metafísica e se o sentido de “Aristóteles” é “o atual autor da Metafísica”, então em todos os mundos possíveis, “Aristóteles” designará o autor da Metafísica no mundo atual. Mas ainda há um problema aqui: se Aristóteles não tiver escrito a Metafísica. Então, “o atual escritor da Metafísica” designará outro objeto que não Aristóteles, enquanto o mesmo não ocorreria com o nome “Aristóteles”; o que faria retornar ao argumento da Rigidez Perdida.

Tenho duas sugestões para eliminar esse problema. A primeira é dizer que os nomes sofrem do mesmo problema apontado na descrição. Se Aristóteles não escreveu a Metafísica no mundo atual, então o termo “o atual autor da Metafísica” não designa Aristóteles no nosso mundo e em nenhum mundo possível; e, assim, não poderia ser um designador rígido de Aristóteles. Mas é claro, se Aristóteles escreveu a Metafísica no mundo atual, mas não a escreveu num outro mundo possível, “o atual autor da Metafísica” continuaria designando Aristóteles em qualquer mundo possível. Agora com os nomes: se Aristóteles não se chamasse “Aristóteles” no mundo atual, então o termo “Aristóteles” não o designaria nem no mundo atual e nem em outro mundo possível (a não ser que ele se chamasse “Aristóteles” em algum mundo possível). Mas se Aristóteles se chamasse “Aristóteles” no mundo atual e não se chamasse “Aristóteles” noutro mundo possível, então o termo “Aristóteles” não o designaria nesse outro mundo possível. Mas se pensarmos que o nome “Aristóteles” vem sempre acompanhado do operador “atual”, então, se Aristóteles se chamar “Aristóteles” no mundo atual, então “[atual]Aristóteles” vai designar Aristóteles tanto no mundo, quanto em qualquer outro mundo possível. Assim, se a descrição sofre pela Rigidez Perdida, o nome também sofre. O ponto principal é que quando damos um nome ou atribuímos uma descrição a um indivíduo, acreditamos que tal descrição ou nome realmente se aplique ao ele. Uma descrição se aplica a um indivíduo quando é satisfeita por ele e um nome se aplica a um indivíduo quando este foi o nome dado a ele.

Um objeter, tal como Murcho (2004), poderia dizer que eu estou confundindo a tese da designação rígida com a tese de que um objeto não poderia ter outro nome. Eu

responderia dizendo que não confundo as duas teses. O ponto é que o termo “Aristóteles”, se não for pensado como “[atual]Aristóteles”, não refere Aristóteles em todos os mundos possíveis, pois há mundos diferentes do atual em que o indivíduo que é o atual Aristóteles não se chama “Aristóteles”; e, assim, em tal mundo o atual Aristóteles não poderia ser referido por tal nome – a não ser que o nome “Aristóteles” fosse sempre pensado como “[atual]Aristóteles”. Se “Aristóteles” não for pensado como “[atual]Aristóteles”, então a tese de que “Aristóteles” designa rigidamente (em todos os mundos possíveis) Aristóteles implica a tese de que Aristóteles não poderia ter outro nome – tese esta que nenhum defensor da referência direta gostaria de defender. O que o defensor da designação rígida dos nomes esquece que o nome designa um objeto porque é nome deste objeto, de modo que se não fosse nome dele não o designaria. A lição que podemos tirar de tudo isso é que nomes rigidificados e descrições rigidificadas sofrem dos mesmos problemas, tal como nomes não-rigidificados e descrições não-rigidificadas.

Outra sugestão para eliminarmos o problema da Rigidez Perdida das descrições atualizadas é substituímos a descrição “o atual F” por “o que atualmente acreditamos que é o atual F”. Neste caso, tanto o nome “Aristóteles” quanto a descrição “aquele que atualmente acreditamos ser o atual autor da Metafísica” referirão a Aristóteles rigidamente. Poderemos até falar que é possível que aquele que atualmente acreditamos ser o atual autor da Metafísica não seja de fato o atual autor da Metafísica. Podemos também descobrir no mundo atual que Aristóteles não é o atual autor da Metafísica. A partir daí, mudaremos as descrições associadas a ele, outras descrições que não “aquele que atualmente acreditamos ser o atual autor da Metafísica”. Note que o descritivismo não precisa aceitar que tal troca de descrições torne contingente e, assim, não rígida, a descrição associada ao nome. O descritivismo pode aceitar que há algo na linguagem que seja “inserir um nome”, que é um processo onde se associa descrições a nomes. E ele pode dizer que o que se submete a esse processo não remove a rigidez dos nomes. É possível também o descritivista tentar precisar mais as descrições dos nomes, talvez colocando índices temporais, como em “o que atualmente acreditamos em t que é o atual F”. Mas vamos ficar por aqui nesse assunto. Isso foi apenas uma sugestão. Para não precisarmos discutir esse problema mais a fundo aqui, utilizemos no resto deste artigo a descrição atualizada “o atual F”, e deixemos o problema de qual descrição atualizada é correta para outro artigo.

Mas a Rigidez Perdida não é o ponto principal do artigo de Teixeira. O ponto é o problema das Necessidades Epistêmicas Indesejadas. Como Teixeira acredita que o descritivismo (tanto o clássico quanto o atualizado) tem que aceitar 2, ela acredita que frases como “Aristóteles (se existe) é o atual autor da Metafísica” teriam de ser frases analíticas (amplamente logicamente necessárias), pois poderíamos substituir “o atual autor da Metafísica” por seu sinônimo “Aristóteles”; o que geraria a frase “Aristóteles é Aristóteles”, que é obviamente logicamente necessária, por ser uma instância da lei da identidade. Assim, “Aristóteles é o atual autor da Metafísica” seria logicamente necessária. Mas isso não poderia ser o caso, dado que a verdade dessa frase é descoberta empiricamente e dado que essa frase pode ser mostrar falsa, enquanto “Aristóteles é Aristóteles” não pode ser mostrar falsa e sua verdade é descoberta *a priori*. Assim, se supusermos que o descritivismo tem que aceitar 2, então surge o problema da Necessidade Epistêmica Indesejada, o problema de frases como “Aristóteles é o autor da Metafísica” serem logicamente (epistemicamente) necessárias.

A rigidificação da descrição, dando certo, pareceria acabar com o problema da Rigidez Perdida, embora nos traga o problema das Necessidades Epistêmicas Indesejadas, dado que tanto “Aristóteles é Aristóteles”, quanto “Aristóteles é o atual autor da Metafísica” seriam necessárias epistemicamente. O que Teixeira argumenta é que embora “Aristóteles é o atual autor da Metafísica” seja necessariamente verdadeira (por causa da rigidificação da descrição) se for verdadeira, ela poderia ser falsa e, portanto, necessariamente falsa, o que a faz metafisicamente necessária, se verdadeira, mas não epistemicamente necessariamente verdadeira, já que poderia ser falsa. Enquanto “Aristóteles é Aristóteles” não pode ser falsa e muito menos necessariamente falsa, o que a faz epistemicamente necessariamente verdadeira, tanto quanto metafisicamente necessariamente verdadeira. Assim, pensa ela, se pudermos substituir sinônimos por sinônimos, a frase “Aristóteles é o atual autor da Metafísica” se tornaria epistemicamente necessária (tal como “Aristóteles é Aristóteles”), e não meramente metafisicamente necessária (tal como “Aristóteles é atualmente a autor da Metafísica”). Uma explicação: “Aristóteles é atualmente a autor da Metafísica” é metafisicamente necessária (se verdadeira), pois em todos os mundos possíveis Aristóteles é a autor da Metafísica no mundo atual. Agora, o argumento de Teixeira, nas suas próprias palavras, está apresentado a seguir:

Premissa 1: As frases da forma «NN é NN» exprimem necessidades epistêmicas. *Premissa 2:* A substituição de NN pela descrição atualizada que o nome, supostamente, abrevia, torna a frase que resulta deste processo epistemicamente contingente. *Premissa 3:* O valor semântico de uma expressão é superveniente em relação ao seu valor modal epistêmico. *Conclusão:* Os nomes e as descrições atualizadas têm diferentes valores semânticos. Logo (A) é falsa.

Conclusão

(A), no texto de Teixeira, corresponde à definição do descritivismo atualizado, tal como citada aqui. Eu concordo inteiramente com o argumento de Teixeira. Só não concordo que o descritivismo precise aceitar a definição que ela sugeriu em seu artigo. Seu argumento de fato prova que (A) é falsa; entretanto Teixeira não prova que o descritivismo precisa aceitar todas as condições em (A). Especificamente, penso que a condição 2 não precisa ser considerada uma condição necessária para o descritivismo, ou seja, é possível formularmos um descritivismo que não aceite 2 – como tentei mostrar. Este pode exigir apenas que o nome tenha uma descrição atualizada associada (ou uma conjunção ou disjunção de descrições, conforme a teoria) que faz o nome referir o objeto, e que eles sejam intersubstituíveis *salva veritate*, por serem co-referenciais. A descrição não precisa ser sinônima do nome, eles não precisam significar o mesmo. Se, como mostrei no início, um descritivista tem motivos para rejeitar 2, se ele o fizer, o argumento de Teixeira não terá força contra ele, pois não gerará necessidades epistêmicas indesejadas, pois embora possa se substituir e não mudar o valor de verdade, não se pode fazê-lo sem mudar o sentido, pois aí fazer a substituição não troca sinônimos por sinônimos.

Referências bibliográficas

FREGE, Gottlob (1892). “Sobre o Sentido e a Referência”. In: **Lógica e Filosofia da Linguagem**; trad. P. Alcoforado. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1978.

KRIPKE, Saul (1972). **Naming and Necessity**. Cambridge: Harvard University Press.

TEIXEIRA, Célia (2003). “O problema das necessidades epistêmicas indesejadas”. **Crítica**. Disponível em: <http://criticanarede.com/html/fil_necepist.html> Acesso em: 13 de setembro de 2009.

MURCHO, Desidério (2004). “Essencialismo e Designação Rígida”, in **Crítica**. <http://criticanarede.com/html/met_designacao.html> Acesso em: 18 de outubro de 2008.